



Comunicado de imprensa da FRA

Viena/ Bruxelas, 20 de junho de 2012

## **Os próximos meses serão cruciais para a melhoria dos principais direitos fundamentais**

A relação entre as preocupações de segurança e a proteção de dados, a necessidade de chegar a acordo sobre novas regras comuns em matéria de asilo e a aplicação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência são apenas algumas das muitas questões relativas aos direitos fundamentais atualmente em debate na União Europeia (UE). O resultado dos debates atuais é crucial para a melhoria dos direitos fundamentais, como se sublinha no Relatório Anual 2011 da Agência Europeia dos Direitos Fundamentais (FRA) hoje apresentado no Parlamento Europeu.

A União Europeia (EU) e os seus 27 Estados-Membros avançaram com uma série de iniciativas em 2011, a fim de proteger e salvaguardar os direitos fundamentais de todas as pessoas na UE. A UE adotou medidas políticas e legislativas fundamentais, por exemplo, nos domínios da proteção das vítimas, do tráfico de seres humanos e da integração dos Ciganos. Vários Estados-Membros, entre outras medidas, reformaram os respetivos sistemas de proteção das crianças e envidaram esforços no sentido de reduzir a duração dos procedimentos judiciais.

Os desafios, contudo, persistem. O ano de 2011 ilustrou de forma crua e trágica até onde podem chegar os excessos de intolerância extrema se deixados sem controlo. A igualdade e a não discriminação continuarão, portanto, a constituir preocupações fundamentais. É necessário, também, que a UE e os seus Estados-Membros permaneçam atentos para garantir que a atual debilidade económica não ponha em risco o exercício dos direitos fundamentais das pessoas que vivem na UE.

«Em tempos de dificuldades económicas, a União Europeia deve, mais do nunca, garantir que não ocorram retrocessos na proteção dos direitos fundamentais. Não há tempo para complacências», declarou hoje no Parlamento Europeu a Presidente do Conselho de Administração da FRA, Ilze Brands Kehris.

Entre as questões importantes abordadas no relatório anual deste ano, incluem-se as seguintes:

- **Proteção de dados:** os esforços e debates recentes para encontrar um equilíbrio entre as obrigações em matéria de direitos fundamentais e as preocupações de segurança à luz do novo quadro jurídico europeu de proteção de dados;
- **Ciganos:** de que forma utilizar as estratégias nacionais de integração dos Ciganos como estratégias futuras para melhorar a inclusão e integração dos grupos desfavorecidos na sociedade;
- **Migrantes em situação irregular:** entraves jurídicos e práticos que os impedem de aceder aos seus direitos humanos mais elementares;
- **Discriminação múltipla:** as instituições da UE, os tribunais nacionais e os organismos de promoção da igualdade reconhecerão, cada vez mais, a necessidade de fazer face à discriminação baseada em diversos motivos, como o género e a etnia.



Nos domínios abrangidos pelo Relatório Anual incluem-se: o asilo e o controlo das fronteiras, a proteção de dados, os direitos da criança, a igualdade e a não discriminação, o racismo e a discriminação étnica, o funcionamento democrático da União, o acesso a uma justiça eficiente e independente e os direitos das vítimas da criminalidade.

#### Notas aos editores:

- O Relatório Anual 2011 da FRA fornece dados concretos e comparativos sobre a situação dos direitos fundamentais no terreno nos 27 Estados-Membros da União Europeia e na Croácia, e emite conselhos dirigidos às instituições da UE e aos Estados-Membros, com base nas evidências encontradas. O relatório identifica «desenvolvimentos chave», «práticas promissoras» e desafios para o futuro imediato, além de descrever o trabalho mais recente da FRA a este respeito.
- A Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA) está mandatada para prestar assistência e aconselhamento especializado aos decisores políticos da UE e nacionais, contribuindo assim para debates e políticas mais informados, solidamente enquadrados e contextualizados no domínio dos direitos fundamentais. A Agência tem três funções essenciais: recolher informações e dados sobre os direitos fundamentais, prestar aconselhamento fundamentado à União Europeia e seus Estados-Membros e promover o diálogo com a sociedade civil a fim de sensibilizar o público para a questão dos direitos fundamentais. Consultar <http://fra.europa.eu>
- Relatório disponível em [EN](#) e [FR](#)
- Destaques do relatório disponíveis em [EN](#) e [FR](#), [DE](#).

**Para mais informações, contactar Blanca Tapia, porta-voz da equipa da FRA responsável pela comunicação social**

**E-mail:** [media@fra.europa.eu](mailto:media@fra.europa.eu)

**Tel.:** +43 1 580 30 642